

No ano passado, quando Mia Couto esteve conosco para ministrar sua Aula Magna, “Guardar memórias, contar histórias e semear o futuro”, em comemoração aos 80 anos da UFRGS, ele ficou muito impressionado quando lhe disse que as práticas religiosas afro-brasileiras eram tão ou mais frequentes no RS do que na Bahia, como em geral se pensa. Porque enquanto os gaúchos tendem a reproduzir, fora de sua terra, a ideia de uma europeização do Sul, os baianos fizeram algo parecido com a ancestralidade negra, hipervalorizando sua identidade com a África de modo a se auto-afirmar com esse traço distintivo.

Enfim, creio que já basta, vou ficando por aqui.

Termino esta minha participação com agradecimentos, e dizendo que, nos vinte anos em que estou aqui, embora não me sinta plenamente gaúcho, procuro participar tanto quanto possível do estilo de vida gaúcho, que muito admiro.

Ainda não adotei o hábito do chimarrão, mas não abro mão de um bom churrasco!

Claudia Fonseca

Quero, em primeiro lugar, dizer o quanto me sinto honrada por estar aqui hoje com vocês. Cheguei no Brasil em 1978. Aprendi a ser gaúcha com as pessoas do departamento de Antropologia da UFRGS. Por sinal, há de reconhecer que existem, em nosso departamento, grandes especialistas da cultura gaúcha – pessoas como Ruben Oliven (especialista de CGTs), Ondina Fachel Leal (que trabalhou com causas de galpão), Maria Eunice Maciel (que estuda roupas, comidas, festas), Sergio Teixeira (com estudos, entre muitos outros temas, sobre a rinha de galo), e nessa sala temos a Elaine Rosner Silveira que trabalhou sobre o jogo de osso. Tinha ainda outra colega, quando cheguei aqui, a saudosa Noemi Castilhos Brito, feminista e gaúcha de faca na bota. Com suas pesquisas sobre as mulheres na indústria do vestuário de Porto Alegre (que fizeram a primeira greve no país depois da reabertura democrática), me levou para outro tipo de gauchismo – politizado, briguento.

Aprendi sobre gauchismo também com as pessoas nas vilas populares de Porto Alegre onde eu realizava minhas “pesquisas de campo”. Essas pessoas vinham muito do campo e pareciam ter sua própria versão do gaúcho – sem estereotipia e com muito humor, muita ironia. Essa coisa do gaúcho não saber rir de si mesmo – não reconheço. Meu livro *Família, fofoca e honra*, era todinho sobre a maneira como esses gaúchos intercalavam histórias sobre drama e humor no seu dia a dia. Quanto à ideia da mulher gaúcha pacata e submissa, tampouco encontrei grande evidência. Pelo contrário, tem um capítulo do livro que se chama “a mulher valente” – sobre mulheres que batalham (enfrentando perigos de todo tipo) para proteger seus filhos, para guardar seus maridos. É um tema recorrente nessas narrativas de minhas interlocutoras, e que poderíamos associar com Anahy de la Misiones, com Ana Terra e outras figuras clássicas da história gaúcha.

Mas justamente me impressiono como, às vezes, a visão da “tradição” gaúcha acaba se limitando a certos símbolos e valores destacados, em particular, nos CTGs. É importante lembrar que esse conjunto de símbolos representa só uma pequena parte da história – uma parte que incorpora elementos riquíssimos inclusive da literatura escrita

(por exemplo, “A intrusa” de Borges). Contudo, não deixa de ser uma visão muito particular do passado (uma “tradição inventada”, como Ruben diria), colocada em destaque por pessoas com determinado



sexo, classe, idade. Muitos dos meus interlocutores nas vilas, especialmente no início dos anos 80, quando iniciei minhas pesquisas, não tinham estudado essa cartilha. Traziam outras tradições para o cenário das diversas partes do estado – tradições que viriam a ser identificadas com uma variedade de heranças étnicas (polaca, italiana, quilombola, kaingang), mas que ainda naquela época faziam parte simplesmente de um “gaúcho” – “pelo duro”, “gringo” ou “bugre” – complexo e heterogêneo.

Em outras palavras, a imagem estereotipada daquele gaúcho homem pilchado laçando cavalos não representa “a” história de nosso estado. Claro que ninguém consegue ignorar o “Laçador” — aquela linda estátua de um jovem campeiro; claro que temos a nossa semana Farroupilha com piquetes e chimarrão; claro que muitas pessoas curtem a sociabilidade e festas dos CTGs. Mas temos muitas outras histórias que talvez exerçam uma influência ainda maior sobre as pessoas contemporâneas: a história de um estado fronteiriço, por exemplo, aberto ao fluxo de imigrantes; a de um estado rebelde, com espírito crítico a ponto de desafiar autoridades consagradas; a de um estado ativista anunciando que “um outro mundo é possível”. Nossa

experiência histórica é constantemente reelaborada, se faz e refaz com cada nova geração.

A reelaboração da história acompanha a noção de uma cultura dinâmica – e não estereotipada ou parada no tempo. De fato, como definir a “cultura gaúcha”? Olhem os haitianos chegando aqui no Rio Grande do Sul hoje. Temos orgulho de ter um serviço de acolhimento relativamente eficiente (envolvendo órgãos governamentais e filantrópicos) e que atrai pessoas que atravessaram a fronteira lá no extremo norte do Brasil. É possível que essas pessoas se tornem gaúchas? Têm que usar bombacha e tomar chimarrão para se qualificar enquanto elemento constituinte dessa “cultura”? Ou vamos pensar a cultura gaúcha como algo aberto, contemporâneo e que consegue se modificar, assimilando novos elementos inesperados?

A essas noções dinamizadas de história e cultura, cabe acrescentar uma reflexão sobre a própria noção de identidade. Ontem eu estava com manifestantes abraçando o Jardim Botânico; me preocupo com o Cais Mauá.... E aí começo a pensar: será que não sou mais porto-alegrense do que gaúcha? E, afinal, será que me classifico como gaúcha, como brasileira ou gringa?! Mulher, antropóloga ou coroa? O que eu sou? Todas essas coisas fazem parte da identidade da gente. Mas, justamente, as perspectivas contemporâneas sobre identidade tornam caduca parte desse dilema.

Não somos mais sujeitos à tirania da ideia do “sujeito uno”! Hoje é quase consenso que jogamos com múltiplas identidades possíveis – o que não é um problema em si. Não existe nenhum imperativo decretando que as identidades têm que ser mutuamente excludentes, que a pessoa tem que escolher: ou X ou Y. A questão é quais limites e problemas que cada um enfrenta na articulação de suas várias facetas? Um chinês pilchado pode ser aceito tranquilamente como gaúcho? Uma gringa (ou haitiana ou uruguaia) com sotaque pode ser vista como brasileira “autêntica”? É possível flexibilizar essas categorias identitárias o suficiente para



que absorvam a diversidade? para que possam se fortalecer sem anular a especificidade de trajetórias diferentes?

Quero endereçar algumas dessas questões, elaborando um pouco mais sobre minha própria identidade – que oscila sempre entre “nativa” e “estrangeira”. Adorei o título desse evento, “*nósoutros gaúchos*”. Originalmente, quando Sinara me convidou, pensei que era para falar de como eu aprendi a ser gaúcha. Não só tomo chimarrão, já dancei fandango e escolhi meu lado da rivalidade grenal. Orgulho-me de toda a nossa história recente – a que eu vivi pessoalmente – do orçamento participativo, do Fórum Mundial Social, das marchas na rua – são essas as experiências que me fizeram gaúcha.

Contudo, depois me dei conta de que fui convidada para falar sobre a experiência de ser estrangeira no RS (o sub-título dessa mesa sendo: Qual a visão dos *outros* sobre a cultura gaúcha e os modos de ser dos gaúchos?). Vendo isso, minha reação foi: Eu – estrangeira?

Sabe que quando – nas minhas viagens Brasil a fora – as pessoas me perguntam “de onde você é?”, meu primeiro impulso é dizer que sou gaúcha. Digo isso com todo o coração, pois eu me sinto gaúcha. Moro aqui há 37 anos. Os meus conhecimentos, as minhas amizades, os meus hábitos (na vida adulta) foram todos desenvolvidos aqui. Sinto-me gaúcha. Penso qual é o peso dessa expressão “de onde você é?”. Nos Estados Unidos, quando alguém pergunta isso, estão querendo saber onde você está morando no momento. (Por sinal, a população norte-americana é geograficamente móvel. Parece que o americano médio muda 14 vezes de casa ao longo de sua vida.) Aqui, no Brasil, as pessoas querem saber onde você nasceu. (Hoje, fui falar com o meu filho que está em Porto Alegre desde 5 anos de idade (e não tem sotaque!), pensando que ele podia vir junto a esse evento, pois é – aos meus olhos – “autêntico” gaúcho. Mas, ele me lembrou que não é gaúcho, pois nasceu em Paris!)

Então, quando as pessoas me perguntam “de onde você é”, tenho que dizer que nasci em Boston – e seguem, invariavelmente, perguntas sobre aquela cidade às quais não sei responder. Acontece que ninguém da minha família nunca morou em Boston, muito menos eu. O que eu vou saber de Boston? A mesma coisa acontece quando as pessoas me perguntam (até hoje!) sobre os Estados Unidos: “Nos conte sobre Bush, Obama, Disneylandia”...sei lá. A verdade é que a

familiaridade com um lugar nasce da convivência, de experiências no dia a dia. Moro em Porto Alegre desde meu aniversário de 30 anos. É aqui onde fiz minha carreira, onde criei meus filhos, onde meu neto nasceu. Por que eu teria que possuir uma perspectiva privilegiada sobre os Estados Unidos? Considero, em suma, que sou de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Creio que a maior parte de meus amigos e colegas já me incluem com naturalidade entre “os deles” – como gaúcha. Mas são as pessoas que encontro superficialmente que me veem persistentemente como estrangeira. Quero refletir um pouco mais sobre essa persistência, pois fala de uma forma de estereotipia e discriminação que afetam muitas pessoas. Que me entendam bem... Dou-me plenamente conta que pertencço a uma categoria geralmente privilegiada pelos estereótipos: sou branca, com hexis corporal que me identifica ao lado abastado das trilhas do tem, e – afinal – meu lugar de origem é um lugar admirado por vários dos meus interlocutores. Em comparação com muitos imigrantes hoje – haitianos, uruguaios, palestinos – as inconveniências que experimento por ser rotulada como estrangeira são mínimas. Mas, mesmo assim, pode ser interessante partir da minha experiência para pensar sobre as marcas diacríticas que agem, apesar da pessoa, para identificá-la como estrangeira – em particular, a cor da pele e o sotaque.

Iniciei minha vida profissional, fazendo pesquisa etnográfica na Micronésia (Oceania), Taiwan (chamado então de China nacionalista) e Burkina Faso (África Ocidental). Em todos os lugares, minha grande frustração – mulher branca que sou – era que não conseguia me “perder na multidão”. Não só as pessoas me viam como diferente, parece que já sabiam tudo sobre mim. Munidas de todos os estereótipos possíveis, pressupunham que eu era assim ou assado. (Mesmo quando eu concordava com os estereótipos deles, em geral me considerava uma exceção à regra, alguém que não se conformava aos estereótipos.)

Pior foi quando meu tipo físico causou um estranhamento tão grande que as pessoas não tinham onde me classificar. Assim, no interior de Burkina Faso, meu marido e eu, indo a pé de uma aldeia para outra, encontramos e quase matamos de susto duas crianças pré-adolescentes. Espantadas pela feiura desses monstros de pele

branca (nós), jogaram as cestas que carregavam no chão e fugiram aos prantos.

Mesmo no Brasil, a situação não é simples. Andando de ônibus em Pernambuco, por exemplo, me dei conta que todas as pessoas olhavam pra mim: eu era a única passageira de olhos azuis (entre outras de minhas esquisitices). Claro que o Brasil tem essa imagem de ser “multiétnico”. Mas, no fundo, em quase todas as regiões ao norte de Curitiba, a cor branca da pele já é um forte indicador de classe, denotando, em geral, pessoas da elite.

Senti então um grande alívio quando acabei morando no Rio Grande do Sul, onde finalmente podia me “perder na multidão”, isto é, me tornar anônima. Quando fazia pesquisa na Vila do Cachorro Sentado (desde que permanecesse calada), as pessoas me confundiam com alguma vizinha, irmã de Fulano ou mãe do Beltrano, pois meu tipo físico não me denunciava como forasteira. De fato, nem meu sotaque me denunciava necessariamente, pois tinha nas vilas que eu pesquisava uma variedade de sotaques – alguns tingidos do alemão rústico da fronteira, outros carregando no castelhano de Uruguai... As pessoas não distinguiam muito bem de onde era o meu sotaque.

Entre meus vizinhos de classe média, contudo, o sotaque era algo que me identificava claramente como “outra”. É muito interessante, pois eu morei 10 anos na França antes de vir pra cá e aprendi na França que para ser respeitada a gente tinha que falar francês muito bem. Quando desembarquei pela primeira vez na França, era jovem, com o cérebro flexível e consegui falar bem, quase sem sotaque. Aí eu cheguei no Brasil e não foi a mesma coisa. Nunca estudei português; aprendi na marra, dando aula de antropologia (coitados dos estudantes!). Até hoje quando eu *abro a boca* em qualquer atividade profissional, sou imediatamente identificada como “estrangeira”.

É é com a maior boa vontade, com curiosidade espontânea que as pessoas me perguntam então: “de onde você é?” Fico frustrada em ter que perder tempo com explicações que me parecem supérfluas, mas, aí, penso na quantidade de pessoas que, por causa de sua aparência ou outras marcas que carregam inescapavelmente consigo, vivem a vida inteira sentindo a pressão desse tipo de rotulação. Penso no peso de estereótipos muito mais negativos do que os que

me assolam – estereótipos associados à pele escura, a certos estilos estéticos de corpo e vestuário, a países considerados “subdesenvolvidos” – que projetam uma identidade fixa no outro, pressupondo tudo que aquela pessoa representa em termos de carência, falta e ameaça.

Tenho uma cunhada mineira que chega a falar mal de gaúcho. Ela acha que gaúchos são frios, arrogantes e, por vezes, grosseiros. Ela possui estereótipos compartilhados por agricultores com terras de pequeno e médio tamanho que viram seus negócios invadidos pelo agrobusiness de soja, comandado (no triângulo mineiro, tal como em outras partes do Brasil) em grande medida por gaúchos. Os estereótipos pesados vêm muitas vezes justamente desse tipo de experiência – parcial, limitado, sobre momentos excepcionais ou pouco representativos da “cultura”. Vêm de visões estanques do passado; vêm junto com versões congeladas da cultura.

Minha experiência com a “cultura gaúcha” é outra, nascida na convivência do dia-a-dia – o que produz uma imagem ainda parcial, mas muito mais dinâmica. Talvez não tenha “raízes profundas” nessa terra, nem conhecimentos profundos das tradições consagradas da região, mas me sinto parte constitutiva dessa cultura – do esforço coletivo que se responsabiliza pelos eventos atuais e que se engaja na definição dos rumos do futuro. Desconfio que existem muitos outros gaúchos que se encontram nessa mesma situação. E “nósoutros gaúchos” não abrimos mão desse nosso lugar.

